

apresentação



Esta coletânea investe na potencialidade da escola de horário integral. A diversidade que esta publicação requer vem ao encontro do que nos move como educadoras. Se a maior experiência de escola pública de horário integral no Brasil teve nítida marca político-partidária, com Leonel Brizola e Darcy Ribeiro no Estado do Rio de Janeiro, o que hoje buscamos é discutir as experiências passadas, como a dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) entre outras; inventariar as práticas que se mostraram produtivas; redimensionar inadequações; estudar alternativas que se revelaram viáveis em diversos contextos, para colaborar com a implantação desta escola. Queremos contribuir para que esta discussão germine no espaço escolar e floresça, a fim de que as crianças brasileiras possam colher seus frutos. Queremos contribuir para que propostas de educação pública em tempo integral se espalhem, despidas de interesses eleitoreiros imediatos, mas com a clareza de que dependem, para serem viáveis, de sua constituição como uma política educacional para o País.

Em maio de 2006, o jornal *O Globo* publicou uma seqüência de reportagens sobre a escola pública de tempo integral do Rio de Janeiro. A chamada para a série estava estampada na primeira página: "Cieps fazem 21 anos de expectativas e fracassos". Dois meses depois, o mesmo jornal publicou, no Caderno Eleições 2006, um número temático sobre educação: 4 milhões de reprovados no ensino fundamental em 2004; no *ranking* de gastos por aluno de 1ª a 4ª série, feito pela Unesco, entre 92 países, o Brasil aparece em 56º lugar; de cada 100 crianças matriculadas na 1ª série do ensino fundamental, 36,6 chegam à 3ª série do ensino médio.

Os dados sobre a educação brasileira eram atuais, mas não novos. A avaliação do projeto de escola pública de horário integral implementado de 1983 a 1986 e de 1991 a 1994 feita no estado do Rio de Janeiro, na citada reportagem, trouxe a mesma marca daquela feita há 20 anos: a abordagem simplista não discutiu as possibilidades inerentes ao projeto nem sua viabilidade efetiva, apenas tentou provar, por meio de um levantamento da trajetória de vida de antigos alunos, que o tempo integral e a proposta pedagógica que o acompanhava não fizeram diferença.

Em 1988, logo após a experiência dos Cieps no Rio de Janeiro e do Programa de Formação Integral da Criança (Profic) em São Paulo, a Fundação Carlos Chagas realizou um seminário fechado para discutir a proposta de escola pública de horário integral. As análises, publicadas por pesquisadores reconhecidos nacionalmente que participaram do evento, apresentaram muito mais críticas e desconfianças do que possibilidades ou viabilidade. Segundo Brandão, o debate estava marcado por preocupações político-partidárias, entre elas, a virtual candidatura de Leonel Brizola à presidência da República.

Hoje, alguns Estados e municípios começam a experimentar o horário integral em suas redes escolares. Os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e diversos municípios já têm experiências em curso. No Rio, algumas escolas de tempo integral se mantêm, ainda que distanciadas da proposta pedagógica original. Muito lentamente, o País parece voltar-se para a recomendação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96):

10

Art. 34º [...]

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Com o propósito de abrir espaço para discussão sobre as possibilidades de mudanças qualitativas no cenário da educação nacional mediante a implementação da escola pública de horário integral, bem como de aprofundar o debate sobre as diferentes concepções existentes acerca desse tipo de escola, reunimo-nos, quatro professoras doutoras de três diferentes universidades públicas do Rio de Janeiro<sup>1</sup> – UFRJ, Unirio e UERJ –, tendo em comum teses defendidas e artigos publicados dentro desta temática, além de um passado também comum: trabalhamos juntas durante alguns anos na implementação da escola pública de horário integral no Estado do Rio de Janeiro. Aqui está o resultado deste projeto ao qual se dedicaram com seriedade e compromisso as nove autoras que assinam os trabalhos a seguir.

Não há como desconhecer a predominância de artigos com foco em experiências de escola de horário integral que se desenvolveram no Estado do Rio de Janeiro: apenas três referem-se a projetos pedagógicos que foram implantados na Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Paraná. É fato que a experiência de maior repercussão deu-se

<sup>1</sup> Ana Cavaliere, atual coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ; Ana Maria Monteiro, atual diretora da Faculdade de Educação da UFRJ; Ligia Martha C. Coelho, atual coordenadora-adjunta do Programa de Pós-graduação em Educação da Unirio; e Lúcia Velloso Maurício, atual coordenadora-adjunta do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesa.

exatamente no Estado do Rio de Janeiro; entretanto, a Prefeitura de Curitiba, no Paraná, tem praticamente o mesmo tempo decorrido de experiência que o Estado do Rio, apesar de ter desenvolvido projeto menos abrangente. Mas, como se pode verificar na Bibliografia Comentada, a produção acadêmica do Paraná a respeito deste projeto pedagógico é, estranhamente, bastante limitada: localizamos uma dissertação na PUC-PR e uma tese na USP sobre as propostas pedagógicas de ampliação da jornada escolar que se desenvolveram em Curitiba.

O artigo de enfoque apresenta a oportunidade desta publicação mostrando a dispersão do que tem sido escrito sobre o tema. Descreve as diferentes representações sobre esta escola e os atores sociais associados a cada uma. Mostra a influência ostensiva da mídia no favorecimento de uma das representações, procurando desnudar seus interesses. Apresenta, como contraponto, a representação gerada por meio da experiência cotidiana na relação com esta escola.

A seção Pontos de Vista começa com artigo de Ana Maria Monteiro que, além de fazer a descrição básica do projeto dos Cieps no Rio de Janeiro, mostra que o horário integral exige e possibilita que professores tenham tempo para reuniões diárias de estudo e planejamento de práticas reflexivas que avaliem constantemente o trabalho realizado. A autora analisa o projeto de formação de professores desenvolvido nos Cieps, sua articulação orgânica com o projeto pedagógico efetivado e as formas como incorpora ou questiona consensos em relação à formação docente no Brasil.

Como oferecer o tempo integral no espaço educativo é foco muito atual em debate. Ana Cavaliere trata dos formatos organizacionais por meio dos quais vem se dando, no Brasil, a ampliação do tempo, entendendo-o como o período em que as crianças e os adolescentes ficam sob a responsabilidade da escola, dentro ou fora de suas dependências. Isa Guará, neste debate, traz a posição do horário integral para o aluno por meio do acesso a várias instituições educativas fora do espaço escolar.

Ligia Martha Coelho destaca as experiências do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, por Anísio Teixeira, nos anos 50, e dos Cieps, por Darcy Ribeiro, nos anos 80, como práticas ao mesmo tempo complementares e diversas, uma vez que visões sociais conservadora, liberal e socialista engendram concepções e práticas diferentes de educação integral.

Zaia Brandão, que participou do seminário da Fundação Carlos Chagas, em 1988, a respeito da escola de tempo integral, avalia que a experiência dos Cieps levou a escola a perder seu foco específico devido à supervalorização de seu caráter preventivo à marginalidade e da ênfase na instituição escolar como alavanca para a superação de todos os problemas da sociedade. Neste artigo retoma o tema com base no conhecimento gerado nas duas últimas décadas sobre os processos de produção de qualidade de ensino. Procura indicar por que e em que condições a escola em tempo integral pode ser uma estratégia para a melhoria da qualidade do ensino.

Duas pesquisadoras estudiosas de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, educadores que estabeleceram os fundamentos para a proposta de escola pública de horário integral no Brasil, Helena Bomeny que mostra como Darcy Ribeiro valeu-se da argumentação sociológica para sustentar a defesa da escola em tempo integral como eixo de

uma política democrática, na expectativa positiva de alterar a tradição elitista da educação brasileira; Clarice Nunes que apresenta a experiência de educação integral do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na visão de Anísio Teixeira, e discute a apropriação do seu valor simbólico por outras experiências educacionais.

Finalmente, a Bibliografia Comentada atualiza e organiza o estado da arte sobre o tema, relacionando todas as teses e dissertações defendidas, livros e artigos publicados. O relato alinha considerações sobre a produção bibliográfica nestes 20 anos, interpretando sua concentração e dispersão no tempo e no espaço. A coletânea é completada pela resenha do livro *História do Tempo Escolar na Europa*, que merece ser conhecido no Brasil.

Esperamos que esta publicação, fruto do trabalho precioso das autoras e da equipe do Inep, possa contribuir com a prática que se desenvolve no cotidiano de cada escola que busca implantar a educação integral em tempo integral, tão necessária ao resgate da dívida social, que ainda se tem, hoje, com a população brasileira.

*Lúcia Velloso Maurício*  
Organizadora